



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 518, DE 2019

Altera o art. 67 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para aumentar a pena cominada.

Autor: Deputado LINCOLN PORTELA

Relator: Deputado AUREO RIBEIRO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 518/2019, de autoria do Deputado Lincoln Portela, visa a aumentar a pena cominada para o delito de “fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva”.

Para tanto, altera o art. 67, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, de modo a cominar para o delito pena de detenção de dois a seis anos e multa. A redação atualmente vigente prevê pena de detenção de três meses a um ano ou multa. Acrescenta, também, aos verbos nucleares do tipo a conduta de “divulgar” publicidade enganosa ou abusiva.

A proposição tramita em regime ordinário, está sujeita a apreciação em Plenário e se submete à apreciação das Comissões de Defesa do Consumidor e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

II - VOTO DO RELATOR

Cabe à Comissão de Defesa do Consumidor proferir parecer sobre o mérito da matéria em análise, haja vista tratar-se de medida de defesa do consumidor, na forma da alínea “b”, inciso V do art. 32 do Regimento Interno.

O Projeto de Lei nº 518/2019, sob minha relatoria, objetiva alterar o art. 67, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para aumentar a pena cominada para o delito de “fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva”. Além disso, acrescenta aos verbos nucleares do tipo a conduta de “divulgar” informação ou comunicação dessa natureza.

Na redação atualmente vigente, o delito é punido com detenção de três meses a um ano ou multa. Pretende o ilustre Deputado Lincoln Portela, autor da proposição, ampliar a sanção para dois a seis anos de detenção, cumulativamente com a pena de multa. Em sua justificativa, afirma que a punição atualmente prevista para o tipo, por ser muito branda, não tem se mostrado eficaz na censura à sua prática.

Concordo com o autor. O Código Penal brasileiro adota a teoria mista ou unificadora da pena, que defende que a reprimenda deve ter uma pluralidade funcional, devendo ser suficiente para punir e, também, para prevenir a prática do delito. A punição cominada, dessa forma, deve ter um conteúdo pedagógico e servir como instrumento de respeito ao direito e de reafirmação dos valores sociais que a norma penal busca proteger.

De fato, ao criminalizar a publicidade abusiva, o art. 67 do CDC não tem cumprido esse papel. Em que pese a vedação penal, grande número de fornecedores vem incorrendo ostensivamente na prática, certamente abrigados na convicção de que, caso processados, a punição será amena: a sanção aplicada à conduta tem se compensado no risco do negócio.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Por essa razão, assim como autor, defendo a imposição de uma penalidade mais severa para o crime em questão. São vários os bens jurídicos postos em risco: o patrimônio, a saúde, a integridade física do consumidor, o meio ambiente e a paz pública. Comportamentos como esses disseminam um “sentimento generalizado de alarme”, que compromete a tranquilidade social, a harmonia e a lisura nas relações de consumo, e devem, portanto, ser combatidos com maior rigor.

Outrossim, o autor pretende criminalizar também quem propagar a mensagem publicitária. Embora seja uma sugestão meritória do nobre colega, data máxima vênia, discordo da ampliação do núcleo do tipo penal para quem propagar a mensagem publicitária. Isso porque o artigo 38 do Código de Defesa do Consumidor, ao tratar do ônus da prova quanto à veracidade e correção de informações em mensagens publicitárias, afirma *que “o ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina”*. O Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp nº 604.172/SP, em voto do ministro Humberto Gomes de Barros, reforça esse entendimento, de que a responsabilidade é do anunciante e das agências publicitárias, senão vejamos:

“Os deveres impostos nos capítulos de oferta e publicidade somente atingem os veículos de propaganda, comunicação e anúncios quando estes estejam na condição de fornecedores. O artigo 38 do Código de Defesa do Consumidor diz que *“o ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem os patrocina”*. Portanto, o artigo 38 exclui a responsabilidade dos veículos de comunicação por eventual publicidade enganosa ou abusiva, pois o ônus da prova de veracidade e correção (ausência de abusividade) é do fornecedor anunciante, que patrocina a propaganda ou anúncio, tanto que o artigo 36 impõe que mantenha, em seu próprio poder, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem para informação dos legítimos interessados”. (STJ - REsp:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

604172 SP 2003/0198665-8, relator: ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, data de julgamento: 27/3/2007, T3 - 3ª TURMA, data de publicação: DJ 21/5/2007 p. 568)

Nesse sentido, proponho substitutivo para suprimir a expressão “divulgar”. Isso se deve ao entendimento de que a responsabilidade pelos danos advindos da publicidade é do anunciante e das agências publicitárias. Os veículos de comunicação, como a televisão, jornais, revistas e rádios, não têm controle editorial nem ingerência sobre o conteúdo publicitário veiculado.

Desse modo, pelas razões expostas, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 518, de 2019, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2023

Deputado **AUREO RIBEIRO**
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 518, DE 2019

Altera o art. 67 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aumentar a pena nos casos de propaganda enganosa ou abusiva.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o art. 67 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para aumentar a pena nos casos de propaganda enganosa ou abusiva.

Art. 2º O art. 67 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 67.
Pena – Detenção de dois a seis anos e multa.
.....”. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de 2023.

Deputado AUREO RIBEIRO

Relator

